

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Banco Bradesco S.A.

No segmento veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes do Banco Bradesco S.A. linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua extensa rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 12.300 parceiros comerciais ativos em todo o País.

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 766 Correspondentes, atua em todos os estados brasileiros na captação de clientes.

Em 3.3.2017, a Instituição realizou aumento de capital em sua controlada BF Promotora de Vendas Ltda. de R\$ 1.000.000 mil.

No semestre, o lucro líquido foi de R\$ 445.089 mil e o Patrimônio Líquido de R\$ 10.300.277 mil.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 26 de julho de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			PASSIVO		
	2017	2016		2017	2016
ATIVO			CIRCULANTE		
CIRCULANTE	20.099.594	27.607.154	DEPÓSITOS (Nota 14a)	15.595.636	19.540.333
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	85	189	Depósitos Interfinanceiros	14.210.393	18.238.803
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	5.156.091	11.575.660	Depósitos à Vista	14.210.393	18.238.747
Aplicações no Mercado Aberto	193.769	178.031		-	56
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.962.322	11.397.629	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	47	50
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	95.894	85.652	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	47	50
Carteira Própria	11.406	10.130	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	104.494	47.089
Vinculados à Prestação de Garantias	84.488	75.522	Recursos em Trânsito de Terceiros	104.494	47.089
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS	51.233	1.018.952	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.280.702	1.254.391
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	11	16	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	14.411	11.009
Créditos Vinculados (Nota 7)	20.785	990.711	Sociais e Estatutárias	4.228	65.590
Correspondentes	30.437	28.225	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	327.568	332.536
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	12.966.284	13.756.493	Diversas (Nota 16b)	934.495	845.256
Operações de Crédito - Setor Privado	13.584.840	14.471.323			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(618.556)	(714.830)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	17.880.036	20.597.420
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(2.207)	(5.410)	DEPÓSITOS (Nota 14a)	16.692.247	19.263.393
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	14.366	15.297	Depósitos Interfinanceiros	16.692.247	19.263.393
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(14.228)	(15.082)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.187.789	1.334.027
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(2.345)	(5.625)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	459.162	392.824
OUTROS CRÉDITOS	1.614.033	829.461	Diversas (Nota 16b)	728.627	941.203
Rendas a Receber	27	32			
Diversos (Nota 9)	1.614.006	829.429	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	305.136	367.315
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	218.181	346.157	Receitas de Exercícios Futuros	305.136	367.315
Outros Valores e Bens	186.083	224.204			
Provisões para Desvalorizações	(92.430)	(119.798)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	10.300.277	9.936.189
Despesas Antecipadas	124.528	241.751	Capital:		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	22.365.398	22.073.958	- De Domiciliados no País	7.010.000	7.010.000
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	2.285.180	644.087	Reservas de Lucros	3.291.611	2.926.189
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.285.180	644.087	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.334)	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	218	218			
Carteira Própria	218	218	TOTAL	44.081.085	50.441.257
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	15.358.320	15.973.223			
Operações de Crédito - Setor Privado	15.707.597	16.349.294			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(349.277)	(376.071)			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(1.474)	(1.065)			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	7.161	9.024			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(6.885)	(8.650)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(1.750)	(1.439)			
OUTROS CRÉDITOS	4.572.691	5.122.329			
Diversos (Nota 9)	4.572.691	5.122.329			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	150.463	335.166			
Despesas Antecipadas	150.463	335.166			
PERMANENTE	1.616.093	760.145			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	1.354.218	377.992			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	1.350.637	374.450			
- No Exterior	424	385			
Outros Investimentos	12.769	12.769			
Provisões para Perdas	(9.612)	(9.612)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	15.808	9.348			
Outras Imobilizações de Uso	26.200	16.398			
Depreciações Acumuladas	(10.392)	(7.050)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8)	202.841	341.731			
Bens Arrendados	219.457	445.801			
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(16.616)	(104.070)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	43.226	31.074			
Ativos Intangíveis	106.451	83.249			
Amortizações Acumuladas	(63.225)	(52.175)			
TOTAL	44.081.085	50.441.257			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.023.186	4.534.687
Operações de Crédito (Nota 8h)	3.423.814	3.589.926
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8h)	88.687	133.968
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	510.685	749.912
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7b)	-	60.881
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.338.291	2.811.065
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	1.985.962	2.337.696
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8h)	76.711	117.081
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8f)	275.618	356.288
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.684.895	1.723.622
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(958.774)	(1.119.912)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	107.736	81.976
Despesas de PESSOAL (Nota 19)	(138.139)	(131.233)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(281.764)	(275.434)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(98.821)	(104.761)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	5.681	(19.345)
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	217.368	214.770
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(770.835)	(885.885)
RESULTADO OPERACIONAL	726.121	603.710
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(25.900)	(45.857)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	700.221	557.853
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)	(255.132)	(269.425)
Provisão para Imposto de Renda	(215.891)	(249.643)
Provisão para Contribuição Social	(168.297)	(196.078)
Ativo Fiscal Diferido	129.056	176.296
LUCRO LÍQUIDO	445.089	288.428
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	18,00	11,66

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	700.221	557.853
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	275.618	356.288
Depreciações e Amortizações	32.668	38.780
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	54.735	136.025
Constituições de Provisões para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	(8.004)	39.416
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(5.681)	19.345
Insuficiência de Depreciação	48.922	78.149
Provisão para Perdas com Prestamistas	122.956	155.059
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	1.221.435	1.380.915
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.381.067	(3.293.413)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(6.043)	(6.043)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(24.479)	18.952
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(3.974)	(111.102)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(318.414)	1.620.090
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	29.293	106.490
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	(11.746)	(10.778)
(Aumento)/Redução em Depósitos	(1.801.374)	877.331
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	(222.006)	(525.759)
(Aumento)/Redução em Resultados de Exercícios Futuros	(20.334)	(19.813)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(79.891)	(130.184)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	2.144.681	(93.314)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação de Imobilizado de Uso	18	384
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.200)	(1.385)
Aquisição de Intangível	(8.626)	(7.329)
Aumento de Capital em Investida	(1.000.000)	-
Dividendos Recebidos	67	57
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(1.009.741)	(8.273)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.134.940	(101.587)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	165.972	349.200
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	1.300.912	247.613
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.134.940	(101.587)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
1) CONTEXTO OPERACIONAL		
O Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), é uma Instituição financeira que tem como objetivo social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas às instituições financeiras e inerentes às carteiras de banco comercial, de arrendamento mercantil e sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Bradesco Financiamentos é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.		
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.		
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2017.		
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS		
a) Moeda funcional e de apresentação		
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.		
b) Apuração do resultado		
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério <i>pro rata</i> dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear.		
As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.		
As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84, do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.		
c) Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.		
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez		
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.		
e) Títulos e valores mobiliários		
Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;		
Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;		
Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria.		
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Controladas e Coligadas	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldo em 31.12.2015	7.010.000	644.265	1.996.236	(229)	-	9.860.272
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	229	-	229
Lucro Líquido	-	-	-	-	288.428	288.428
Destinações - Reservas	-	14.421	271.267	-	(285.688)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(2.740)	(2.740)
Saldo em 30.6.2016	7.010.000	658.686	2.267.503	-	-	9.936.189
Saldo em 31.12.2016	7.010.000	687.777	2.162.973	-	-	9.860.750
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1.334)	-	(1.334)
Lucro Líquido	-	-	-	-	445.089	445.089
Destinações - Reservas	-	22.255	418.606	-	(440.861)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Uma perda por redução do valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Receitas de exercícios futuros
Representam os valores das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamentos aos quais se referem.

p) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

q) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional	-	101
Aplicações em ouro	85	88
Total de disponibilidades (caixa)	85	189
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	1.300.827	247.424
Total caixa e equivalentes de caixa	1.300.912	247.613

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil		Total		Em 30 de junho - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2017	2016
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
- Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	178.031
- Letras do tesouro nacional	193.769	-	-	-	193.769	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.289.772	2.801.385	871.165	2.285.180	7.247.502	12.041.716
Total em 2017	1.483.541	2.801.385	871.165	2.285.180	7.441.271	-
%	19,9	37,8	11,7	30,7	100,0	-
Total em 2016	324.640	10.750.970	500.050	644.087	-	12.219.747
%	2,6	88,00	4,1	5,3	-	100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
- Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	13.100	16.010
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	492.387	728.597
Total (Nota 6e)	505.487	744.607

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por emissor

	Em 30 de junho - R\$ mil		Total		Em 30 de junho - R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado	2017	2016
Títulos públicos	-	3.327	81.161	84.488	(49)	75.522	(66)
Letras financeiras do tesouro	-	3.327	81.161	84.488	(49)	75.522	(66)
Títulos privados	11.406	-	-	11.406	-	10.348	-
Cotas de fundos de investimentos							
renda fixa	11.406	-	-	11.406	-	10.130	-
Outros	-	-	218	218	-	218	-
Total em 2017	11.406	3.327	81.379	96.112	(49)	85.870	(66)
Total em 2016	10.130	-	-	75.740	-	85.870	(66)

	Curso anormal		Total		Total geral		Total		Total geral	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2017	2016	2017	2016
Operações de crédito										
Empréstimos e títulos descontados	20.235	19.502	18.866	52.773	91.383	278.447	481.206	27,4	539.949	25,3
Financiamentos	79.901	72.073	71.568	201.933	327.926	520.593	1.273.994	72,5	1.585.785	74,4
Subtotal	100.136	91.575	90.434	254.706	419.309	799.040	1.755.200	99,9	2.125.734	99,7
Operações de arrendamento mercantil	262	244	236	619	861	744	2.966	0,1	6.480	0,3
Total das operações de crédito	100.398	91.819	90.670	255.325	420.170	799.784	1.758.166	100,0	2.132.214	100,0
Avais e fianças (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 2017	100.398	91.819	90.670	255.325	420.170	799.784	1.758.166	100,0	2.132.214	100,0
Total em 2016	124.475	113.188	111.339	308.911	495.673	978.628	2.132.214	100,0	30.904.332	100,0

(1) Registrados em contas de compensação.

b) Modalidades e níveis de risco

	Nível de risco				2017				Em 30 de junho - R\$ mil				
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Operações de crédito													
Empréstimos e títulos descontados	2.354	13.361.539	115.845	107.603	64.351	41.565	39.189	27.810	180.729	13.940.985	47,5	15.139.057	49,0
Financiamentos	12.777.165	707.699	505.628	556.300	191.854	106.234	78.717	60.079	367.776	15.351.452	52,3	15.681.560	50,7
Subtotal	12.779.519	14.069.238	621.473	663.903	256.205	147.799	117.906	87.889	548.505	29.292.437	99,8	30.820.617	99,7
Operações de arrendamento mercantil	37.406	9.527	3.477	5.758	554	207	1.022	875	1.762	60.588	0,2	81.166	0,3
Subtotal	12.816.925	14.078.765	624.950	669.661	256.759	148.006	118.928	88.764	550.267	29.353.025	100,0	30.901.783	100,0
Total em 2017	12.816.925	14.078.765	624.950	669.661	256.759	148.006	118.928	88.764	550.267	29.353.025	100,0	30.901.783	100,0
%	43,7	48,0	2,1	2,3	0,9	0,5	0,4	0,3	1,9	100,0	-	-	-
Total em 2016	12.978.000	15.145.270	725.273	705.688	313.213	190.989	141.070	104.430	597.050	-	-	30.901.783	100,0
%	42,0	49,0	2,4	2,3	1,0	0,6	0,5	0,3	1,9	-	-	-	-

c) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Curso normal		Curso anormal		Total		2017		2016		
	% Mínimo de provisionamento requerido	Curso normal	Curso anormal	Total	%	Vencidas	Vencidas	Genérica	Excedente	Total	%
Nível de risco											
AA	-	12.816.925	-	12.816.925	43,6	-	-	-	-	-	-
A	0,5	14.078.765	-	14.078.765	48,0	-	-	70.394	4.496	74.890	7,7
B	1,0	129.678	495.272	624.950	2,1	323	4.630	1.297	312	6.562	0,7
C	3,0	133.381	536.280	669.661	2,3	1.908	14.180	4.001	711	20.800	2,1
Subtotal		27.158.749	1.031.552	28.190.301	96,0	2.231	18.810	75.692	5.519	102.252	10,5
D	10,0	16.362	240.397	256.759	0,9	4.064	19.976	1.636	3.025	28.701	3,0
E	30,0	5.899	142.107	148.006	0,5	9.173	33.460	1.770	38.920	83.323	8,6
F	50,0	2.911	116.017	118.928	0,4	14.459	43.550	1.455	59.365	118.929	12,2
G	70,0	1.783	86.981	88.764	0,3	17.296	43.590	1.248	26.422	88.556	9,1
H	100,0	19.893	530.374	550.267	1,9	168.541	361.833	19.893	1.762	550.267	56,6
Subtotal		46.848	1.115.876	1.162.724	4,0	213.533	502.409	26.002	127.732	869.676	89,5
Total em 2017		27.205.597	2.147.428	29.353.025	100,0	215.764	521.219	101.694	133.251	971.928	100,0
%		93,2	6,8	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Total em 2016		28.288.131	2.613.652	30.901.783	100,0	263.194	575.475	94.785	164.511	1.097.965	100,0
%		91,5	8,5	100,0	-	-	-	-	-	-	-

d) Concentração das operações de crédito

	Em 30 de junho - R\$ mil		%	
	2017	(1)	2016	(1)
Maior devedor	8.011	-	11.403	-
Dez maiores devedores	50.256	0,2	45.679	0,1
Vinte maiores devedores	75.055	0,3	65.832	0,2
Cinquenta maiores devedores	129.032	0,4	111.452	0,4
Cem maiores devedores	186.513	0,6	160.201	0,5

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

	Em 30 de junho - R\$ mil		%	
	2017	2016	2017	2016
Sector Privado	29.353.025	30.901.783	100,0	100,0
Indústria	96.943	105.214	0,3	0,3
Comércio	373.093	361.354	1,2	1,2
Intermediário financeiro	-	10	-	-
Serviços	682.333	585.517	2,3	1,9
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	15.969	19.148	0,1	0,1
Pessoas físicas	28.184.687	29.830.540	96,0	96,5
Total	29.353.025	30.901.783	100,0	100,0

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Saldo Inicial	1.088.451	1.125.064
Constituição líquida de reversão	275.618	356.288
Baixas para prejuízo	(392.141)	(383.387)
Saldo final	971.928	1.097.965
- Provisão específica (1)	736.983	838.669
- Provisão genérica (2)	101.694	94.785
- Provisão excedente (3)	133.251	164.511
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4) (5)	144.864	109.258

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
b) Outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Investimentos por incentivos fiscais	12.216	12.216
Outros investimentos	553	553
Subtotal	12.769	12.769
Provisão para perdas	(9.612)	(9.612)
Total	3.157	3.157

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Em 30 de junho - R\$ mil	
				2017	2016
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	16.817	(5.186)	11.631	5.823
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.671	(519)	1.152	181
Sistemas de processamento de dados	20%	7.712	(4.687)	3.025	3.344
Total em 2017	26.200	(10.392)	15.808		
Total em 2016	16.398	(7.050)	9.348		

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por *software* e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 30 de junho de 2017 apresentava o valor do custo líquido de amortização de R\$ 43.226 mil (2016 - R\$ 31.074 mil).

14) DEPÓSITOS
a) Depósitos

	Em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos interfinanceiros	1.374.610	6.514.076	6.321.706	16.692.247	30.902.640
Depósitos à vista	-	-	-	-	37.502.140
Total em 2017	1.374.610	6.514.076	6.321.706	16.692.247	30.902.640
%	4,4	21,1	20,5	54,0	100,0
Total em 2016	1.419.674	10.356.299	6.426.830	19.263.393	37.502.196
%	3,8	27,6	17,2	51,4	100,0

b) Despesas de captação

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Depósitos interfinanceiros	1.985.962	2.337.696
Total	1.985.962	2.337.696

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, notwithstanding as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

- PIS e COFINS - R\$ 409.559 mil (2016 - R\$ 378.156 mil): pleiteia aplicação e recolhimento do PIS e a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucionalidade da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento; e
- IRPJ/CSLL - Perdas de Crédito - R\$ 235.391 mil (2016 - R\$ 203.473 mil): Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões:

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1) (2)
Saldo no Início do 1º semestre de 2017	39.166	151.127	692.469
Atualização monetária	2.419	9.442	23.912
Constituições líquidas de reversões	409	80.158	(66.908)
Pagamentos	(2.612)	(65.266)	-
Saldo no final do 1º semestre de 2017 (Nota 16)	39.382	175.461	649.473
Saldo no final do 1º semestre de 2016 (Nota 16)	34.022	134.213	698.360

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais; e

(2) No 1º Semestre de 2017, ocorreram reversões de provisões do IRPJ, no montante de (R\$ 41.723) e da CSLL no montante de (R\$ 25.185), referente ao processo de dedutibilidade das perdas de crédito do ano base 2011.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Bradesco Financiamentos são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são:

- a) Atuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 407.436 mil (2016 - R\$ 374.294 mil);
- b) Aduações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 452.758 mil;
- c) Atuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 127.605 mil (2016 - R\$ 117.081 mil).

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 26c)	470.548	415.125
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	268.630	263.656
Impostos e contribuições a recolher	47.552	46.579
Total	786.730	725.360

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisões fiscais (Nota 15b IV) (1)	649.473	698.360
Provisão para perdas com prestamistas	449.982	437.579
Credores por antecipação de valor residual (Nota 8i)	142.667	261.154
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 15b IV)	214.843	168.235
Credores diversos	113.083	165.143
Provisão para pagamentos a efetuar (2)	82.801	55.988
Passivos contingentes	10.273	-
Total	1.663.122	1.786.459

(1) Conforme Carta - Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas"; e

(2) Inclui despesas de pessoal e administrativas.

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 7.010.000 mil (2016 - R\$ 7.010.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 24.730.834.643 ações ordinárias, nominativas- escriturais, sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Reservas de lucros	3.291.611	2.926.189
- Reserva legal (1)	710.032	658.686
- Reserva estatutária (2)	2.581.579	2.267.503

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos Semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2017	2016
Lucro líquido	445.089	288.428
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(22.255)	(14.421)
Base de cálculo	422.834	274.007
Dividendos	4.228	2.740
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1%	1%
Valor em Realis por lote de mil ações	0,17	0,11

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Tarifa de cadastro	66.368	52.097
Taxa de avaliação/substituição de bem	41.225	29.761
Outras	143	118
Total	107.736	81.976

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos	65.934	66.455
Benefícios	29.164	28.298
Encargos sociais	23.109	23.228
Participação dos empregados nos lucros	14.656	12.656
Provisões trabalhistas	4.444	-
Treinamento	832	596
Total	138.139	131.233

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Serviços de terceiros	136.233	131.465
Processamento de dados	54.607	57.649
Custas de processo de cobrança	29.739	25.263
Serviços do sistema financeiro	10.986	9.142
Comunicações	9.892	8.459
Depreciações e amortizações	10.272	8.448
Propaganda, promoções e publicidade	4.245	4.056
Emolumentos judiciais	5.795	6.551
Transportes	5.875	6.400
Viagens	1.746	2.655
Aluguéis	1.302	1.737
Manutenção e conservação de bens	589	921
Outras	10.683	12.688
Total	281.764	275.434

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Osasco - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f V e 8i. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Contribuição à COFINS	80.345	85.798
Contribuição ao PIS	13.056	13.942
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.409	1.322
Outras	4.011	3.699
Total	98.821	104.761

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Atualizações monetárias ativas	151.347	149.942
Recuperação de encargos e despesas	13.969	25.873
Reversão de provisões fiscais	22.336	1.206
Reversão de provisões operacionais	9.027	9.646
Reversão de provisão trabalhista	1.616	-
Outras	19.073	28.103
Total	217.368	214.770

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Comissões e serviços de intermediação de crédito	400.170	445.065
Provisão para perdas com prestamistas	122.956	155.059
Provisões cíveis	94.902	108.716
Busca e apreensão de veículos	36.365	44.609
Atualizações monetárias passivas	23.976	30.785
Perdas por fraudes em operações de consignado	13.709	19.164
Outras	78.757	82.487
Total	770.835	885.885

24) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Resultado na alienação de valores e bens	(33.904)	(6.441)
Constituição/Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	8.004	(39.416)
Total	(25.900)	(45.857)

25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) e empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Controlador		Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016	2017	2016

Ativos				
Aplicações no mercado aberto	193.769	178.031	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.247.502	12.041.		



Bradesco
Financiamentos

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade

operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 17 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2